

CÂMARA CONSULTIVA TEMÁTICA SOBRE PACTO FEDERATIVO (CCT-PACT)

1ª Reunião Ordinária

Ajuda Memória

Data: 21 de outubro de 2016

Horário: 14h00 às 18h

Local: Ministério do Meio Ambiente – MMA (Prédio Anexo) - Asa Norte, Brasília (SEPN 505, Bloco. B, Edifício Marie Prendi Cruz, 1º andar – Sala CT01)

Pauta:

Horário	Tema
14h00	Início dos trabalhos da CCT-Pact (Apresentação da Secretaria Executiva/MMA e instituições coordenadoras/Governo do Estado do Acre e Secretaria de Governo da Presidência da República)
14h30	Apresentação dos Representantes da CCT-Pact
15h00	Validação do Plano de Trabalho
15h50	Intervalo
16h00	Apresentação sobre “REDD+ na UNFCCC e a Estratégia Nacional para REDD+ do Brasil: a posição do governo brasileiro para alinhamento dos membros da CCT-Pact” (MMA)
16h40	Discussão sobre os Princípios orientadores dos trabalhos da CCT-Pact
17h40	Encaminhamentos
18h00	Encerramento

Participantes presentes:

Nome	Instituição/estado
Magaly da Fonseca e Silva Taveira Medeiros	Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais do Estado do Acre – IMC/AC
Luz Marilda de Moraes Maciel	Secretaria de Governo da Presidência da República - SG/PR
Letícia Guimarães	Ministério do Meio Ambiente - MMA
Rafael Pereira	Ministério do Meio Ambiente - MMA
Alexandre Avelino	Ministério do Meio Ambiente - MMA
Ana Regina Pinheiro Nobre	Escola de Administração Pública do Amapá – EAP/AP
Andrea Aguiar Azevedo	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM
Antonio Luiz Menezes de Andrade	Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas – SEMA/AM

Érico Maurício Pires Barboza	Procuradoria-Geral do Estado do Acre – PGE/AC
Ester dos Santos Dourado Silva	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia – SEDAM/RO
Flavia Furtado Alves	Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima – FEMARH/RR
Jaqueline Homobono Nobre	Instituto Estadual de Florestas - IEF/AP
Jacqueline Vieira da Silva	Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Cidades, Infraestrutura e Meio Ambiente de Goiás – SECIMA/GO
José Mairton Figueiredo de França	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Rio Grande do Norte – SEMARH/RN
José Rubel	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná – SEMA/PR
Junio Magela Alexandre	Instituto Brasileiro de Ecologia e Desenvolvimento Sustentável - IBEDS
Luiz Francisco Tegon de Pinho	Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso – SEMA/MT
Marcus Andrey Vasconcellos	Instituto Brasileiro de Pesquisa e Gestão de Carbono - Instituto CO2 Zero
Mariane Nardi	Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amapá – SEMA/AP
Mariano Colini Cenamo	Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - IDESAM
Paula Bernasconi	Instituto Centro de Vida - ICV
Paulo Braga	Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro- SEA/RJ
Raoni Rajão	Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
Rosana Pinheiro Rezende	Aranndu Treinamento e Desenvolvimento
Vera Olinda Sena de Paiva	Fundação Nacional do Índio - FUNAI

Início dos Trabalhos e Apresentação dos Representantes

Magaly Medeiros (IMC-AC) e Luz Maciel (SG-PR), coordenadoras da CCT-Pact, se apresentaram, deram as boas-vindas aos presentes e anunciaram o início dos trabalhos. A palavra então foi dada aos presentes, que informaram seus nomes, instituições e expectativas para os trabalhos no âmbito da CCT-Pact. Em geral, as expectativas são de uma ampliação do debate e de uma participação mais efetiva da sociedade nos processos de implementação da Estratégia Nacional para REDD+.

Letícia Guimarães (MMA) apresentou Rafael Pereira (MMA) como ponto focal da Secretaria Executiva da CONAREDD+ para solucionar dúvidas e ou informações sobre os trabalhos no âmbito da CCT-Pact e que o intuito da Câmara é expandir os diálogos, alcançar maior representatividade dos estados e contribuir com a produção de insumos

para orientar a tomada de decisão da CONAREDD+. Salientou que os trabalhos não começaram agora, que existe uma série de regras, preceitos e regulamentações já consolidadas a respeito de REDD+.

Validação do Plano de Trabalho

Luz Maciel (SG-PR) fez a apresentação da proposta de plano de trabalho contemplando os objetivos da CCT, composição, produtos, atividades e datas. Salientou a alta representatividade estadual alcançada (17 estados e todos os biomas brasileiros, com exceção do bioma Pampa) e sobre a possibilidade de apresentações de iniciativas estaduais de REDD+ nas próximas reuniões da CCT. Abaixo são apresentados os principais tópicos discutidos durante a discussão sobre o Plano de trabalho:

- **Experiências estaduais sobre REDD+:** Vários membros da CCT manifestaram interesse em fazer apresentações sobre experiências estaduais, entre eles: Érico Pires (AC), José Rubel (PR), Luiz Francisco (MT) e Mariani Nardi (AP). A Secretaria Executiva receberá as manifestações de interesse até o dia 28 de outubro.

- **Duração das reuniões:** Alguns membros da CCT sugeriram que as próximas etapas dos trabalhos da CCT fossem condensadas no intuito de se acelerar o desenvolvimento dos trabalhos. A questão do custo associado com as viagens para Brasília foi levantada, e alguns representantes sugeriram que as reuniões fossem o dia inteiro ou em dois dias de trabalho. Leticia Guimarães (MMA) pediu razoabilidade nas alterações ao cronograma, devido aos diferentes níveis de conhecimento sobre o tema de REDD+ dos membros e explicou que as datas propostas consideram o tempo de trabalho das outras CCT, logo, acelerar as discussões pode gerar uma falta de sincronia com os debates nas outras Câmaras.

- **Substituição dos membros:** Houve questionamento quanto a abertura para substituições dos representantes nas próximas reuniões. A Secretaria Executiva esclareceu que não é possível substituições no caso de ausências, visto que as pessoas foram selecionadas em caráter pessoal, não por instituição. No caso de haver ausência por mais de duas reuniões sem justificativas, o assento poderá ser repassado a uma pessoa que se encontra na lista de espera.

- **Mandato da CCT-Pact:** Mariano Cenamo (RJ) informou preocupação quanto aos trabalhos terem de ser pensados com critérios e diretrizes já estabelecidas. Disse ainda que a Câmara poderia prover uma recomendação à CONAREDD+ para expandir o mandato do grupo, dada a participação reduzida na Comissão, já que o Decreto se encontra em processo de revisão. Leticia Guimarães (MMA) explicou que as CCT são fóruns consultivos - não deliberativos - e se remetem à CONAREDD+. As atribuições das CCT estão estabelecidas em Regimento da CONAREDD+ e nas Resoluções que ditam os trabalhos em cada CCT especificamente. Mariano considerou que a CCT conta com um grupo de alta qualidade intelectual, com representantes de instituições renomadas e atores de grande relevância para o desenho e implementação de REDD+ no Brasil - e que, portanto, as opiniões e contribuições geradas pela CCT deveriam ser amplamente acatadas pela CONAREDD+, adicionou também que a participação de atores da sociedade civil na CONAREDD+ é limitada a apenas 4 assentos e portanto considera que a única instância de participação ativa na regulamentação de REDD+ no Brasil é através das CCT. Leticia Guimarães (MMA) explicou que as CCT são fóruns consultivos - não deliberativos - e se remetem à CONAREDD+. As atribuições das CCT estão estabelecidas em Regimento da CONAREDD+ e nas Resoluções que ditam os trabalhos em cada CCT especificamente.

- **Acesso a planos de trabalho de outras CCT:** A Secretaria Executiva informou que as outras CCT ainda estão trabalhando sobre seus cronogramas, e esses serão compartilhados quando finalizados e validados pelos seus representantes.

- **Plano de Capacitação:** Esclareceu-se que essa foi uma demanda proposta pelo membro suplente da CONAREDD+, Luiz Henrique Piva (AM), para que se produzissem materiais de capacitação para os estados, com uma linguagem mais objetiva sobre o tema. Raoni Rujão (MG) disse que pode ser interessante para a CCT olhar para um estudo de sua autoria que aborda as divergências de entendimento entre estados e governo federal sobre a questão de REDD+. Falou que o artigo está em inglês e que ele poderia trabalhar numa tradução e preparar uma apresentação.

Apresentação sobre “REDD+ na UNFCCC e a Estratégia Nacional para REDD+ do Brasil: a posição do governo brasileiro para alinhamento dos membros da CCT-Pact”

Rafael Pereira (MMA) fez apresentação sobre o instrumento REDD+, definido no âmbito da UNFCCC, e a ENREDD+ do Brasil. Foi abordado o conceito de REDD+ e decisões da UNFCCC sobre o tema, especialmente o Marco de Varsóvia, a implementação de REDD+ pelo Brasil, incluindo as políticas estratégicas para REDD+, a Estratégia Nacional, estruturas de governança, linhas de ação e os diálogos no âmbito da CCT-Pact.

Princípios orientadores dos trabalhos da CCT-Pact

Magaly Medeiros (AC) iniciou a apresentação sobre os princípios orientadores específicos para os trabalhos no âmbito da CCT-Pact com base no documento base sobre “Princípios e Justificativas” enviado aos representantes no momento da convocação da Reunião Inaugural. Os principais pontos discutidos foram:

- **Linguagem:** Foi ponderado que o termo *princípio* não seria o mais adequado, que a melhor opção seria *diretrizes*.

- **REDD+ na UNFCCC e iniciativas paralelas:** Houve discussão se a CCT-Pact deveria orientar seus trabalhos considerando REDD+ como instrumento exclusivo da UNFCCC. Alguns se manifestaram favoráveis a essa delimitação de escopo e outros contrários. Foi pontuado que existem legislações estaduais que interpretam REDD+ além do que está definido na UNFCCC. Mariano Cenamo (RJ) e outros participantes se manifestaram sobre outras iniciativas voltadas a implementação de REDD+ no Brasil a partir de estruturas e acordos fora da UNFCCC e que estas deveriam ser consideradas nos trabalhos da CCT, como por exemplo, os programas jurisdicionais de REDD+ (voltados a acordos com o Sistema de Cap and Trade da Califórnia e outras jurisdições) e projetos certificados em padrões internacionais (voltados aos mercados voluntários de carbono).

- **Posicionamento do Brasil contrário à *offsetting* (compensação de emissões):** Leticia Guimarães (MMA) esclareceu que o país se opõe ao offsetting desde a primeira submissão do Brasil a UNFCCC em 2005 e reafirmou que no momento não há respaldo, sob a UNFCCC, para que se utilize REDD+ para a compensação de emissões e que o governo brasileiro, juntamente com outras Partes, defende que REDD+ não seja utilizado para compensação de emissões de outros países. Discorreu ainda sobre a argumentação técnica que sustenta essa posição. Explicou que o posicionamento adotado visa promover integridade ambiental e garantir que todas as Partes contribuam com esforços próprios, sobretudo com relação às fontes de emissões provenientes de combustíveis fósseis. Incertezas com relação à mensuração e à permanência dos resultados de REDD+

também reforçam a posição adotada. Letícia ponderou ainda que caso o Brasil comercializasse seus resultados de redução, não seria possível a utilização desses resultados para comprovação do cumprimento de suas próprias metas e que não existe garantia de um fluxo considerável de recursos no mercado voluntário e que o país já captou cerca de 1 bilhão de dólares via Fundo Amazônia, instrumento de pagamento por resultados que investe em iniciativas federais, estaduais, municipais e na sociedade civil.

Alguns membros manifestaram discordância, pontuando que recursos advindos de *offsetting* poderiam auxiliar os estados na redução do desmatamento, dada a atual escassez de recursos nos órgãos estaduais e municipais. Nesse contexto, Mariano Cenamo (RJ) discordou dizendo que existe sim respaldo para a compensação de emissões via REDD+ na UNFCCC, no seu entendimento uma vez que o Marco de Varsóvia deixa aberta a possibilidade para a utilização de mecanismos públicos e privados para financiar REDD+, considera que a UNFCCC da mesma forma que não prevê diretamente a utilização de mecanismos de offset, também não exclui essa possibilidade. Reforçou que o Brasil enfrenta imensa dificuldade atualmente para captar recursos de REDD+ apenas com pagamentos por resultados não vinculados a mercados - da ordem de 6% do total de REDD+ gerado na Amazônia entre 2006 e 2015 - e nesse sentido o país deve rever a posição contra offsets para REDD+ que o Governo Federal sustenta desde 2005, uma vez que considera que esta nunca foi discutida com a sociedade e que esta deve ser objeto de revisão na CCT e na própria CONAREDD+. Foi também questionada a possibilidade de se reabrir essa discussão junto ao Ministério das Relações Exteriores, pois o entendimento de alguns membros é de que não existe diálogo suficiente a respeito.

Mariano Cenamo (RJ) e Paula Bernasconi (MT) discordaram da afirmação de que existem incertezas com relação a mensuração e permanência dos resultados de REDD+, uma vez que consideram que existe ampla capacidade de MRV no Brasil e instituições extremamente qualificadas para realizar essas mensurações como INPE, INPA, USP, UFMG, entre tantas outras - que qualificam reduções de emissões de REDD+ em mesmo patamar que quaisquer outras reduções de emissões em outros setores. Citaram que o apoio que o Fundo Amazônia tem recebido da Noruega e Alemanha, para pagamento por resultados de REDD+, não seria aportado caso não houvesse consistência nas medições e monitoramento de REDD+ apresentados pelo Brasil.

Mariano Cenamo (RJ) destacou que a integridade ambiental deve sim ser respeitada, que existem diversas propostas para inserir REDD+ em mecanismos de mercado e ainda assim garantir integridade ambiental na UNFCCC. Uma dessas propostas, já utilizada no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) é o estabelecimento de limites para créditos de carbono oriundos de REDD+ (ex: 10% do total de metas assumidas pelos países no Acordo de Paris), de forma a acelerar o cumprimento das metas nacionais.

- **Diferença entre projetos de MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo/Protocolo de Quioto) e REDD+:** Letícia Guimarães (MMA) explicou que o MDL só considera a atividade reflorestamento: tem-se uma área específica e uma ação específica por um agente econômico, onde é possível estabelecer uma relação entre causa e efeito entre o agente e o resultado. No caso da redução do desmatamento tem-se um conjunto de políticas, iniciativas e ações, portanto, um resultado alcançado pela nação. O objetivo da apresentação de um resultado nacional visa evitar o vazamento de vetores e garantir a permanência dos resultados. Internamente, é possível por meio de

outras ferramentas fazer uma análise de onde veio esse resultado e aí sim pensar em uma distribuição dos benefícios mais direcionada.

Encaminhamentos

Como encaminhamentos da Reunião Inaugural da CCT-Pact, os membros podem, até o dia 28/10:

- Enviar sugestões para o Plano de Trabalho da CCT (Atividades e cronograma) por meio de planilha Excel a ser disponibilizada pela Secretaria Executiva;
- Formalizar o interesse em fazer apresentação nas próximas Reuniões da CCT, indicando o responsável pela apresentação, tema e motivação por meio de planilha Excel a ser disponibilizada pela Secretaria Executiva;
- Enviar considerações para o Documento base sobre "Princípios e Justificativas da CCT", indicando a inclusão/exclusão e ou alterações e suas respectivas justificativas por meio de planilha Excel disponibilizada pela Secretaria Executiva;
- Indicar disponibilidade de datas para participar da 2ª Reunião da CCT via resposta à enquete virtual (Doodle).